



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 868/2016 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 11622/2016.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Secretaria de Estado de Articulações de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares – SEARP.

**4- Exercício:** 2015.

**5- Responsáveis:** Srs. José Raimundo Sousa de Farias e Milton Sérgio Costa Soares.

**6- Unidade Técnica:** DICAD – Relatório Conclusivo nº 51/2015 (fls. 348/364).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5437/2016–MP–RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls. 365/367).

**8- Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. SEARP. Exercício de 2015.

*Revelia. Contas Regulares com Ressalvas. Multas. Determinação à SEPLENO.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Considerar revel** o Sr. **Milton Sérgio Costa Soares**, ex- ordenador de despesas, nos termos do art. 20, §4º, da Lei 2423/1996 – TCE/AM;

**9.2- Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Sr. **José Raimundo Sousa de Farias**, ex-Secretário de Estado da Secretaria de Estado de Articulações Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

**9.3- Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anuais do Sr. **Milton Sérgio Costa Soares**, ex-Ordenador de Despesa da Secretaria de Estado de Articulações Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares, exercício de 2015, nos termos do art. 1º, II, 22, II, e 24 da Lei 2423/1996 e art. 188, § 1º, II, e 189, II, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

**9.4- Aplicar Multa** ao Sr. **José Raimundo Sousa de Farias**, no valor de R\$ **3.000,00** (três mil reais), que devem ser recolhidos aos cofres da Fazenda Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, relativamente à restrição 4 (concessão de diárias a servidores sem prévio empenho. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 868/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na **Dívida Ativa** e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.5- Aplicar Multa** ao Sr. **Milton Sérgio Costa Soares**, no valor de R\$ **3.000,00** (três mil reais), que devem ser recolhidos aos cofres da Fazenda Estadual, para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, relativamente à restrição 4 (concessão de diárias a servidores sem prévio empenho. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 (trinta) dias. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição das penalidades na **Dívida Ativa** e a instauração da **Cobrança Executiva** em caso de não-recolhimento, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

**9.6- Determinar ao SEPLENO** - Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161, § 1º, da Resolução 04/2002 - TCE/AM.

**10- Ata:** 37ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de Outubro de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral